



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO NORTE DE MATO GROSSO

DYNAMICS OF THE CAPITAL ACUMULATION IN THE NORTH OF MATO GROSSO

Rogério Oliveira e Sá⁽¹⁾

José Manuel Carvalho Marta⁽²⁾

Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT/MT

RESUMO

A obra de Marx "O Capital" permite várias análises do modo capitalista de produção. Nesse sentido, a acumulação de capital e a dinâmica econômica do capital global ou de modo mais específico quando essa acumulação e dinâmica estão relacionadas à concorrência, ao monopólio ou outras formas de organização dos mercados. Nesse sentido, o artigo teve por objetivo entender o processo de apropriação da força de trabalho e a acumulação do capital na Região Norte de Mato Grosso pelas atividades da carne e da madeira. O estudo pretendeu explorar a base teórica de Marx e histórica da Região Norte do Estado, num sentido cronológico a partir de dois eixos seminais: o garimpo de ouro e o processo de colonização ambos empreendidos após os anos setenta. A dinâmica do capital em Mato Grosso se assemelha ao relatado por Marx, marcada por forte expropriação da força de trabalho e acumulação do capital adiantado na apropriação da mais-valia. De igual modo, ao se tratar da colonização examina-se a expropriação das famílias originárias no Sul e do Nordeste do Brasil; associa-se a expulsão dos nativos da região de análise que pode ser consigna como limpeza étnica. Esse fenômeno pode ter como resultado na "liberação" de muitos trabalhadores para a atividade da indústria da carne e da madeira. Em suma, a dinâmica da acumulação do capital em Mato Grosso custou vidas de nação indígenas e a expropriação da força de trabalho, transformando os trabalhadores em operários da indústria da carne e da madeira. Para tal associou interesse empresariais colonizadores, Estado e Governo Federal, criando assim importantes segmentos da indústria de transformação.

Palavras-chave: Dinâmica do Capital; Acumulação de Capital; Força de trabalho.

ABSTRACT

Marx's work "The Capital" allows multiple analyses of the capitalist way of production. In doing so, the accumulation of capital and the economic dynamics the global capital or more specifically, when this accumulations and dynamics are linked to competition, monopoly, of other ways of markets organization. In doing so, the article aims to understand the process of capital accumulation and ownership of the workforce

in the Northern Region of Mato Grosso through the activities of meat and wood. The study explores the theoretical basis of Marx and history of Northern Region, in chronological order from two axes: the gold mining and the process of colonization both had done after years seventy. The dynamics of capital in Mato Grosso is similar to that reported by Marx, marked by strong expropriation of labor and accumulation of capital through the ownership of the advance value. Similarly, treating of colonization it examines the expropriation of people in south and northeastern from Brazil, and the expulsion of the natives of the north this fact led to the "freedom" of many workers for the activity of meat and wood. Summarizing, the dynamics of accumulation of capital in Mato Grosso claimed the lives of indigenous nation and expropriation of the workforce for the industries of meat and wood, provided by the association of colonizing private companies, state and federal government, which gave rise a great mass of workers offers of its own workforce.

Key Words: Dynamics of Capital; Accumulation of Capital; Labor force.

INTRODUÇÃO

A dinâmica da acumulação do capital está elaborada em "O Capital" de modo seminal. É mesmo possível dizer que se trata de uma espécie de origem do tema, discutida posteriormente em diversas perspectivas e por vários autores de ponto de vista muitas vezes contraditórios. Ainda no século XIX, o assunto mereceu interpretações que culminaram na Teoria da Dinâmica Econômica formulada na década de 1930. Tais estudos estavam motivados, sobretudo, pela crise de superprodução daqueles anos e sua superação o que estimulou os debates em torno das Teorias do Crescimento Econômico e dos Ciclos cujos trabalhos mais relevantes são os de Hicks (1939), Harrod (1939) e Frisch (1935-36). Mais tarde, a mesma Teoria da Dinâmica Econômica, passou a ser interpretada por autores da Economia Industrial discutindo aspectos da Teoria Neoclássica. Nessa perspectiva têm apresentado críticas recorrentes ao comportamento do mercado na formulação neoclássica, das estruturas e concorrência, considerando a economia real.

Em face dessas críticas é que a abordagem teórica marxista tem ampliado espaços na discussão acadêmica, indo além

da instância superficial da economia nãoautônoma na qual estava restrita e muitas vezes segregada, como uma espécie de alternativa às situações críticas. Ou seja, as abordagens recentes, evidenciadas nas contradições que se apresentam na perspectiva da economia industrial permitiram ultrapassar algumas compreensões da análise anterior feitas a "O Capital" ¹.

Nesta linha de análise, Possas (1984) fez uma reavaliação crítica, com exposição paralela dos autores que contribuíram com diferentes questões teóricas sobre a dinâmica econômica. A tese defendida pelo autor procurava discutir e apresentar a dinâmica da teoria capitalista, com implicações da presença dominante da estrutura de mercado em oligopólio. Ao buscar discutir os elementos para uma análise da Teoria da Dinâmica Econômica capitalista, desdobrava a dinâmica da instabilidade da crise e do ciclo econômico. Assim, o autor, ao elaborar uma análise econômica tornava mais preciso o

¹Prova disso pode ser observada através da retomada por parte de economistas das análises mais específicas dessas estruturas de mercados. Tal fato se deve em parte a grande demanda das abordagens relativas à concorrência, ao monopólio, e de modo geral à organização dos mercados no âmbito do capitalismo, particularmente na época que vivemos (POSSAS, 1984).

entendimento do funcionamento da economia. Entende ainda que a economia requer, antes de tudo, uma abordagem dinâmica e específica na qual procura abandonar ideias genéricas do capital em equilíbrio. O problema crucial, alegado pelo autor, na Teoria da dinâmica é o tratamento dado ao tempo pela economia. Ou seja, como atribuir definição econômica ao tempo. Isso implica tratar as relações relevantes que superem o tempo estático como um dado, estabelecendo um tempo dinâmico. Para tal, definem três instâncias econômicas temporais: histórica, teórica e cronológica. Ou seja, é abordar a aplicação de uma situação econômica pressupondo a “conversão” de um movimento teórico e/ou histórico para o cronológico.

O tempo cronológico se constitui na etapa mais complexa da análise e procura reconstruir a dinâmica do capital, especialmente considerando a abstração da qual se ocupa. A análise induz a uma espécie de análise marxista da formulação da concorrência, do monopólio, e das organizações de mercado. Por isso, os fechamentos destes três processos de conversão se inserem como forma para entender a dinâmica capitalista (POSSAS, 1984).

Nessa linha, a análise feita por Marx (1984) em “O Capital” se pode entender que o processo originário da atividade industrial no século XVII, foi concebido à custa da transformação da estrutura social e da força resultante dos fatores materiais dominantes da sociedade, caracterizada, sobretudo, na formação do sistema capitalista. Explicado como resultado da separação dos meios de produção de quem o produziu, para se transformar, indistintamente, em mercadorias. Assim, o modo de apropriação

do capital custou às pessoas oriundas do campo, a venda da sua única fonte de riqueza: sua força de trabalho. Tal fato deu origem ao modo de produção capitalista, através de um processo de expropriação dos artesãos e da produção familiar.

Em Mato Grosso, a dinâmica do capital que liberou força de trabalho para os setores da carne e da madeira na região norte, teve na liberação dos trabalhadores das atividades primárias da economia o apoio do Governo Militar. Esse apoio esteve formulado através do Programa de Integração Nacional (PIN) implantado na década de 1970.

Nos objetivos do programa estava apresentada a questão de “socorro aos nordestinos vitimados pela seca e aos trabalhadores rurais do sul tangidos pelo minifundiarismo” e na mesma perspectiva “integrar para não entregar”. (PRETI, 1993). Na lógica desse programa não constava apenas o discurso de “integrar para não entregar a nossa nação”. Ocultavam-se outros elementos dessa integração caracterizados na defesa e inclusão dos interesses privados. Assim, em função da venda de terras da União às colonizadoras privadas passaram a comercializar as mesmas excluindo posseiros pobres da região; além de assentar famílias trabalhadoras migrantes onde seria explorado ouro e madeira.

Dentre os instrumentos legais utilizados na época para o processo de ocupação o Governo Militar criou o Estatuto da Terra, através da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. O objetivo do estatuto era estabelecer direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Diga-se de passagem, como bandeira usurpada do governo legal

derrubado e aos movimentos sociais rurais mais combativos do nordeste.

Era destaque no “estatuto” a manutenção de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra. Com ele seria possível a promoção da justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural, promovendo o desenvolvimento do país, extinguindo gradualmente os minifúndios e latifúndios sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA).

Porém, ao buscar o bem-estar social do trabalhador rural que custava e continuou custando sangue² e dor aos nativos da região que foram expropriados de suas terras e os índios exterminados. A associação entre o governo federal e as colonizadoras privadas (que muitas vezes se organizada como se cooperativas fossem) legitimou um processo de ocupação das famílias do Sul do país. Com ela se mitigava o impasse dos produtores rurais do Sul em suas demandas por terra.

A metodologia deste estudo contou com observações de campo e aplicação de questionários que foram guias das entrevistas realizadas. Essas entrevistas foram feitas com 68 (sessenta e oito) pessoas considerando trabalhadores, gerentes e empresários nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Vera, Feliz Natal, Sinop, Cláudia, Marcelândia, Colíder, Alta Floresta e Juína. Em complemento as entrevistas realizadas na pesquisa de campo foram acrescentadas leituras de pesquisas anteriores realizadas no núcleo de documentação onde havia material não publicado e objetos de

diversas pesquisas da época da colonização dos anos setenta.

O método e o procedimento adotado nas entrevistas e pesquisa de campo permitiram trazer ao texto algumas falas transcritas na íntegra. Abria também espaço de interpretação para o pesquisador captar pontos relevantes do pensamento dos entrevistados e de seu cotidiano a serem expostos, instigando o leitor e até o próprio pesquisador a refletir melhor sobre a lógica do sistema em que o trabalhador está inserido.

Diante disso, se pode entender a lógica do processo e seu envolvimento. Entretanto, alguns cuidados em relação aos procedimentos e a realidade que os cerca foram necessários. Na pesquisa de campo, por exemplo, foram cotejadas informações dadas pelos entrevistados dentro da indústria e fora dela, evitando ocorrência de viés nas respostas dos entrevistados. Observaram-se em alguns casos divergência nas respostas quando pressionados pelo ambiente de trabalho.

Outras fontes de informações foram pesquisadas, tais como, ex-funcionário, líderes, representantes dos sindicatos, ex-empresários e pessoas que dedicaram boa parte da sua vida a atividade da madeira e da carne no Estado.

Na seção 2 o artigo trata da acumulação de capital e da apropriação da força de trabalho. Na seção 3, a discussão trata da gênese da dinâmica da acumulação do capital em Mato Grosso. A seção 4 versa sobre o ambiente e as condições de trabalho na indústria. Na derradeira seção apresentam-se as conclusões do estudo.

²Não se trata de mera retórica. Foram assassinadas dezenas de líderes sindicais rurais e centenas de trabalhadores em conflitos armados desde então. Quanto aos índios houve chacinas, migrações e mudanças compulsórias para o Parque Nacional do Xingu. A literatura que trata do tema é vasta e os principais autores são Villas Boas; Ribeiro, Darcy.

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E APROPRIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A gênese da acumulação de capital

Diversos autores na literatura acadêmica tratam da questão do trabalho como um processo centralizador de toda riqueza, ou ainda, como cerne de toda estrutura social, a exemplo de Smith (1976), Engels (1896), Marx(1984) e Hobsbawn (1979).

Para a igreja católica considerando o discurso do Papa João Paulo II o trabalho humano é tratado modernamente na Carta da Encíclica do Sumo Pontífice, no 90º aniversário da *Rerum Novarum*³, em que diz: “é mediante o trabalho que o homem deve procurar o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica, sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os próprios irmãos.” (PAULO II, 1984, p.5. Reafirma assim, a concepção da igreja católica na *Rerum Novarum* na qual o ser humano deveria trabalhar para conseguir o seu pão e ainda contribuir para o contínuo das inovações técnicas e científicas consideradas traço marcante da doutrina capitalista nascente, que se apoderava da mais-valia relativa. Afirma ainda que: “O homem deve submeter a terra, deve dominá-la porque, como “imagem de Deus”, é uma pessoa, ou seja, seria um ser dotado de subjetividade capaz de agir de maneira previsível e racional” (PAULO II, 1984, p.22).

Em outra perspectiva, Engels (1896) considera também o trabalho como condição

básica e fundamental para sobrevivência humana. Ou com outras palavras, como fizera para interpretar a partir de Morgan a “Origem da família, da propriedade privada e do estado”: o trabalho teria criado o próprio homem. Para Marx (1984) a origem do modo de produção capitalista não estava ligada simplesmente a divisão do trabalho, como entendia Smith. Mas na expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa e corporativa, fato que separava os produtores e artesãos dos meios de produção, formando um enorme contingente de desempregados deixados a própria sorte. Ou seja, o resultado de todo esse processo foi um grande contingente de trabalhadores “livres” e disponíveis para serem incorporados ao novo sistema, ou como bem diz o próprio Marx, “livres como os pássaros”.

A etapa que sustentou toda a acumulação de capital envolveu várias ações culminadas com a exploração das colônias ultramarinas através de saques, sequestro de pessoas, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis, oportunizando o enriquecimento de uma parcela da burguesia. Estes fenômenos históricos geraram duas classes antagônicas da sociedade industrial capitalista, a burguesia e o proletariado cuja interpretação permitiu a Marx e Engels formular a Teoria da Luta de Classes, esboçado no Manifesto do Partido Comunista em 1848. Depois, essa compreensão seria detalhada em “O Capital, Crítica da Economia Política” (MARX, 1984).

Ainda nesse contexto, Hobsbawn (1979) valoriza as palavras de Marx, afirmando que o processo de industrialização se consolidou direta e indiretamente a custos dos pequenos produtores locais, de economias “atrasadas” e da agricultura, através da concentração econômica ocorrida no século XVII.

³A expressão em latim quer dizer “coisas novas”, criada por Leão XIII para tratar da “questão social”.

Avançando um pouco mais nesta discussão, Huberman (1981, p.168) destaca a importância da acumulação de capital no processo inicial da Revolução Industrial, ressaltando: “Poderíamos dizer que o capital necessário para iniciar a produção capitalista veio das almas cuidadosas que trabalhou duro gastando apenas o indispensável e ajuntaram as economias aos poucos.”

Ou seja, o processo de acumulação não ocorreu única e exclusivamente pelas “almas cuidadosas”, mas principalmente pelo comércio, nas palavras do autor. Outros fatores também tiveram a sua importância nesse processo, como a existência de mercados, a divisão social do trabalho e o incremento de trabalhadores não agrícolas na produção industrial.

Ao tratar da expulsão dos camponeses do campo, na “assim chamada acumulação primitiva”, dadas as condições vigentes, teria havido violenta expropriação da base fundiária, da qual os camponeses se viram expulsos e exilados nas vilas e cidades. Na sua busca por sobrevivência não foram absorvidos pelas manufatureiras nascentes com a mesma velocidade em que foram expulsos da terra. (MARX, 1984).

Muitos deles se converteram em esmoleiros, assaltantes, vagabundos, por força da sua condição e das circunstâncias impostas. Leis sanguinárias, como a sancionada por Henrique VII, e em seguida aperfeiçoada com Henrique VIII, foram criadas para impedir que os “vagabundos” ou mesmo “criminosos” praticando a mendicância sem autorização. Para aqueles que desrespeitassem a legislação, eram amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corresse de seu corpo, em seguida, prestariam juramento de que retornariam a sua terra natal ou, ao lugar

onde moraram nos últimos 3 anos para “se porem ao trabalho”. Aquele que fosse apanhado pela segunda vez, pela chamada vagabundagem seria novamente açoitado e teria a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, considerada criminoso, era atribuído o crime grave e como inimigo da comunidade, sendo logo, executado (MARX, 1984).

A origem de toda essa prática estaria associada à violenta expropriação da base fundiária dos camponeses, sem a sua correspondente absorção pela empresa manufatureira. A produção, segundo Marx, não seria possível sem o instrumento de produção, de outra maneira não poderia existir sem trabalho acumulado passado, seguindo este raciocínio, capital é também, um instrumento de produção e, trabalho passado materializado, a junção destas duas é o que transforma em capital (HUNT, 1989).

Outros mecanismos de controle foram adotados na época para tornar os proletários ainda mais dependentes da burguesia nascente, conseqüentemente, aumentando o grau de exploração (extração da mais-valia), como “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, com aumento de jornada de trabalho. O Estatuto dos Trabalhadores de 1349, e suas alterações posteriores, revelam claramente a existência de um salário máximo, estabelecido pelo Estado, mas de forma alguma um salário-mínimo (MARX, 1984).

A mais-valia e a acumulação de capital

Para Marx (1984) acumulação capitalista num sentido restrito da palavra significa valorização do capital, ou incremento do capital adiantado mediante

produção de mais-valia. A tendência pela concorrência elimina empresas estacionárias, enquanto que os capitalistas, pessoa que evoca uma coisa inanimada do capital, requerem cada vez maiores quantidades de mais-valia. Assim foi no princípio do regime capitalista, época em que as inovações técnicas avançavam com lentidão e o aumento da quantidade de mais-valia só era possível mediante a criação de mais-valia absoluta, ou seja, com o prolongamento da jornada de trabalho, ou ainda pela intensificação das tarefas, de tal forma que o tempo de trabalho aumentasse cada vez mais, mantendo-se constante o tempo de trabalho necessário (criador do valor do salário). No entanto, revela-se essencial nessa discussão e que é característico do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, mas a mais-valia relativa. Qual a vantagem para o capitalista? Uma das razões que as diferenciam é que, enquanto a primeira resulta de ampliação da jornada de trabalho (prolongamento, aumento de tarefas), a segunda exprime o acúmulo de inovações técnicas, aumentando a produtividade social do trabalho, diminuindo o valor dos bens de consumo no qual se traduz em valor da força de trabalho, com menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Logo, é importante ressaltar que ao se alterar o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, na mesma magnitude, altera-se a relação entre seus componentes, ou seja, diminui o tempo de trabalho necessário, em contrapartida, cresce o tempo de sobre trabalho.

O que cada capitalista procura é superar os seus concorrentes, com a introdução em sua empresa de aperfeiçoamento técnico, com os quais concebe vantagens sobre os seus rivais. Neste

caso, tais aperfeiçoamentos lhes dão exclusividade, como produzir mercadorias com tempo inferior ao tempo socialmente necessário, proporcionando certa quantidade de mais-valia extra ou propriamente de lucros. Com os aperfeiçoamentos introduzidos em empresa isolada, desaparece a mais-valia extra, e com isso, o aumento da produtividade social do trabalho, cujo resultante é a origem da mais-valia relativa (MARX, 1984).

O fato interessante nesse processo que dá origem a mais-valia relativa e por consequência a acumulação do capital é que, à medida que se implantem inovações que requer menos mão de obra, novos trabalhadores são lançados ao desemprego, mantendo-se por certo tempo, até que a acumulação de capital requeira maior quantidade de força de trabalho, dando origem a novos empregos. Essa dinâmica do capitalismo promove o chamado exército industrial de reserva, em função da superpopulação criada pelo desemprego, elemento indispensável ao modo de produção capitalista (MARX, 1984).

Associada as questões teóricas abordadas nesta seção, o presente estudo busca entender o marco do processo de acumulação de capital e da forma em que foi concebida a apropriação da força de trabalho na Região Norte de Mato Grosso, entender a dinâmica do capital, no através da conversão do tempo, da base teórica e cronológica.

A GÊNESE DA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MATO GROSSO

A origem e expropriação da força de trabalho: Breve histórico

A ocupação da região norte do Estado

No extremo do norte de Mato Grosso, o vale do Rio Peixoto de Azevedo como era conhecido, está localizado o município de Peixoto de Azevedo. O município faz divisa com Matupá, Marcelândia, Santa Helena, Terra Nova do Norte e São José do Xingu, bem como o Estado do Pará. Conta com a população de 29.738 habitantes. Foi emancipado em 13/05/1986 pela Lei nº 5.008, ocupados na época por colonos, posseiros, parceiros⁴ e garimpeiros espalhados pelas glebas da região. (PRETI, 1993).

Originariamente na região existia a nação dos Kreen-Akarôre índios que habitavam o vale antes da chegada dos colonizadores atuais. Entretanto, movimentos como os da "Marcha para o Oeste" e da "Expedição Roncador Xingu" afastaram os nativos da região promovendo verdadeira limpeza étnica de nações nativas expropriadas da Região de Garantã do Norte, com o Plano de Integração Nacional (PIN) na década de 70.

O movimento de migração chamado de "A Marcha para o Oeste (1937)", a "Expedição Roncador-Xingú (1943)", e o "Plano de Integração Nacional (PIN), em (1970)", formam um conjunto de políticas de ocupação, integração, da unidade nacional e de segurança, difundida e implementada pelo governo militar no Brasil dos anos setenta e oitenta.

Assim estimuladas pelas colonizadoras e pela política de governo milhares de famílias, cujo número é impreciso em função das diversas formas de

transferência (ônibus, caminhões)⁵ foram na busca de terra no Norte de Mato Grosso, atraídas pelas terras "livres", ou como conhecidas por muitos, "devolutas", mas que na realidade nunca foram "livres", pois grandes partes dessas terras foram vendidas pelo governo as colonizadoras do Sul do país para implantar projetos de colonização. Não são totalmente desconhecidas as formas de ocupação que incluíam violência e morte de muitos nativos.

Em 1979 a empresa INDECO colonizadora, com apoio de jagunços, colonos e da própria polícia, expulsaram mais de 15.000 garimpeiros, que migraram para a região de Paranaíta e Apiacás, outros seguiram para a cidade de Itaituba, no Pará até mesmo na fazenda Cachimbo. A empresa colonizadora querendo evitar confronto com os garimpeiros decidiu liberar as áreas onde não houvesse pastagem para a atividade garimpagem e de pesquisa, mantendo o controle sobre as estradas e ouro extraídos na região. A Colonizadora Coopercana também evitou o confronto com os garimpeiros fazendo "vista grossas" no Projeto de Assentamento Conjunto PAC/Terra Nova. Dado o volume expressivo de imigrantes vindos de outras regiões do país, Peixoto de Azevedo que era considerado uma "currutela" se tornou uma cidade, atraindo vários garimpeiros de outras localidades, principalmente do estado do Maranhão e do Pará, sobretudo, do garimpo de Serra Pelada (PRETI, 1993).

Semelhante parece ser a forma pela qual Marx interpretou no "O Capital, Crítica da Economia Política", o movimento histórico

⁴ Parceiro é o nome dado ao produtor rural pelo INCRA, para os colonos assentados pela empresa privada de colonização.

⁵ Muitas vezes para cumprir metas das colonizadoras com o INCRA, naqueles anos as colonizadoras usavam meios disponíveis, como na Colonização de Lucas do Rio Verde foram utilizados aviões em vôo noturno até o aeroporto de Várzea Grande e de lá de ônibus até o destino.

que culminou com o processo de expropriação dos camponeses de suas terras na Inglaterra e, com a apropriação de suas forças de trabalho pela burguesia. Com a ironia natural com a qual discutia a acumulação primitiva tratava a “libertação” e “a liberdade” que foi sendo imposta ao trabalhador quando diz:

Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 1984, p.341)

A expropriação, portanto, dizia Marx significou a morte e sofrimento de muitas pessoas, que “libertos” foram jogados a própria sorte!

Em Mato Grosso, embora em tempo diferente, o processo de colonização ao qual ficou sujeita a região, transformou os pequenos produtores e nativos em trabalhadores assalariados. Provocou além da transformação social, mortes de pessoas nascidas, criadas e que viviam na região e mesmo para alguns que vieram nas hordas migrantes.

Dentre os projetos sob-responsabilidade do INCRA, em Mato Grosso, o Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) foi uma experiência pioneira de colonização oficial. A origem deste projeto parece ser o conflito em 1978 entre colonos gaúchos e os nativos das reservas indígenas em Nonoai e Guarita, no Rio Grande do Sul.

A saída para o impasse foi o deslocamento dos colonos do Sul para um assentamento chamado Terranova.

Para tanto, constituiu-se uma cooperativa de colonização, formada em Mato Grosso, com o nome Coopercana⁶. Tratava-se de um arranjo utilizando a estrutura e os conhecimentos de outra Cooperativa: a Canarana, também originária do Rio Grande do Sul. Esta cooperativa instalou-se em Barra do Garças a mais de mil quilômetros do assentamento. A associação do projeto do governo federal, no PAC, e a cooperativa tinha como propósito a criação de um agente legitimador do processo perante os colonos de Tenente Portela-RS (CASTRO; PETRI, 1993)

Com essa unidade, foram criadas outras cooperativas. Assim, contando com alguns parceiros, produtores rurais e o apoio do governo federal os projetos de colonização construíram uma articulação como forma de dar legitimidade ao processo e ocupação dos chamados espaços vazios⁷ do Estado de Mato Grosso, ao mesmo tempo, mantendo-os subordinados às determinações do governo, por força da lei de reforma agrária e ainda, acabavam por sufocar as lutas sociais no campo no Sul do país na década de 70 (CASTRO; PETRI, 1993)

Enquanto na Inglaterra os camponeses foram expulsos do campo, motivados pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, como mostra Marx, no norte de Mato Grosso, o movimento foi de extermínio

⁶A cooperativa tinha por objetivo o reagrupamento de lotes para constituição de unidades maiores, pois a política agrícola estava direcionada para culturas de exportação, como a soja. Quando se tratava de cana de açúcar o objetivo era participar do Proálcool, instituído no ano de 1975, cujo objetivo era apresentar um substituto a gasolina, reduzindo assim a dependência do Brasil pelas importações de petróleo e reduzir o déficit na Balança de pagamentos.

⁷Os chamados espaços vazios ignoravam tribos e mesmo nações indígenas.

da nação indígena Kreen-akarôre. Existiam na região cerca de oito aldeias dessa nação indígenas, ocupava cerca de 300 km de extensão, estima-se que cerca de 1.500 índios ou até mais tenham vivido nas aldeias da região.

Houve diversas tentativas de contato com a nação indígena, todas fracassadas. Há registros de antropólogos que se mantiveram por mais de 400 dias a espera, com avanços e recuos mantinham a tentativa de contato com os Kreen-akarôre. Todavia, a nação manteve a resistência ao processo de ocupação. Lentamente foram sucumbindo sendo exterminados pelos colonizadores brancos. Encerrou-se o episódio com a abertura da BR 163 pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) (PETRI, 1993).

O Exército brasileiro foi um dos principais atores no processo de estabelecimento de um crescimento regional. Pode ser considerado como responsável por muitas mudanças na ocupação e na estruturação do espaço na Amazônia. Pode-se dizer que foi o ator, no teatro da colonização, que garantiu a base fundiária para as empresas colonizadoras privadas. No período militar, adentrou o norte de Mato Grosso e construiu o eixo viários da BR 163, que liga Cuiabá-Santarém, planejada para ceder à empresas de colonização privada, instituições públicas e indivíduos áreas de assentamento (MENDEZ, 2005).

Com a participação do Exército no avanço sentido norte ao lado das empresas privadas, foi possível perceber de forma clara duas forças de natureza distintas, que impôs à organização do espaço de seus próprios provedores. Através de forças sociais e objetivas, que exerceram não só no plano das ideias, mas de fato por meio de luta, e de interesses distintos, o que mostra a idéia

principal dos programas de colonização e o papel do governo federal nesse processo sobre a nação “desumanizada” (CASTRO; PETRI, 1993)

O papel da iniciativa privada na ocupação do norte de Mato Grosso foi determinante para o processo especulativo de terras na região. As empresas colonizadoras ligadas contratualmente com o Estado de Mato Grosso e à União se valeram de benefício concedidos. Uma delas, o grupo Ometto chegou a ter um dos maiores patrimônios fundiários no Estado, cerca de 600.000 hectares⁸ em 1962.

Em setembro do mesmo ano, foi aprovado projeto de uma subsidiária do grupo chamada Agropecuária Cachimbo S.A., no Pará, que obteve aporte financeiro de 77 milhões de cruzeiros, para a aquisição de 300.000 hectares de terras, localizados no território dos índios Kreen-Akrôre entre a BR-080 ao sul e a BR-163 a oeste do estado de Mato Grosso (MENDEZ, 2005)

A expropriação dos trabalhadores rurais do Sul do país para Mato Grosso significava uma saída para os conflitos na região sul, assolada pela pressão daqueles que queriam terra, onde já não havia terras em abundância e barata (CASTRO; PETRI, 1993).

Como se pode perceber, a associação entre as empresas privadas o Estado de Mato Grosso e a União serviu para dar respaldo ao processo especulativo de vendas de terras na região norte do Estado. Mais do que isso, custou a vida das pessoas que ali viviam, como os índios Kreen-Akrôre.

⁸O Grupo Ometto na década de 60 era conhecido por sua participação na indústria açucareira no sudeste do país. Atualmente participa dessa atividade e outras produtoras de álcool e frigoríficos.

Todavia, o capitalismo desenvolveu-se por essa lógica da acumulação de capital, tanto na região Sul do país quanto no Norte de Mato Grosso, em ritmos diferentes. Enquanto lá no Sul se deu através da expropriação dos minifúndios e pela aquisição de terras pelos mais capitalizados, viabilizando o processo modernizador da agroindústria, em Mato Grosso se deu pela expropriação dos índios nativos da região, onde a terra era considerada do governo federal. (CASTRO; PETRI, 1993).

O direito de propriedade: poder delegado pelo Estado às colonizadoras

As formas pelas quais se alavancou o capitalismo na Inglaterra foram similares às adotados em Mato Grosso. O que os diferencia é o tempo e a participação evidente do governo federal corroborando com a expropriação de pessoas. Com ação determinada proporcionava à indústria que viria como a da carne e da madeira considerando a produção de matérias primas da pecuária e nas derrubadas. Mas seu sentido mais trágico foi o extermínio de nações indígenas ou a pressão com que as fez recuar para o interior da mata ou para o Parque Nacional do Xingu, assemelhando-se ao relatado em trechos do livro “O Capital” por Marx:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e

percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica⁹ (MARX, 1984, p.341 e 342).

Com o desenvolvimento do capitalismo, na concepção de Marx, o poder dos capitalistas passou a ser garantido pelas leis burguesas de propriedade privada. Portanto, a classe dominante, por meio de seus porta-vozes passa a se constituir na nova “lei e ordem”. Nesse sentido, a lei que garante o direito de propriedade privada passou a dominar a sociedade e a estabelecer a ordem do processo de produção e circulação que antes era reservado ao seu “dono” - artesão criador do seu próprio ofício e possuidores da sua força de trabalho -, separados pelo ímpeto do capitalismo (HUNT, 1989)

De modo semelhante também o direito de propriedade de terras de populações indígenas foi assegurado em Mato Grosso pela União aos processos de colonização por meio do INCRA. Assim foi dado como fato consumado a parceria entre o órgão e as empresas privadas de colonização como a INDECO, Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda (COOPERCANA), Cooperativa Triticola de Erechin Ltda (COTREL) e Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira (COMAJUL) e através da criação de órgãos coordenadores, no caso, do

⁹Na Itália, onde a produção capitalista se desenvolveu mais cedo que outras regiões da Europa também ocorreram às primeiras dissoluções das relações de servidão. Assim, o servo foi emancipado antes de ocorrer, por prescrição, qualquer direito na base fundiária. Ao se transformar em proletário “livre como os pássaros” (...) encontravam novos senhores nas cidades, em sua maioria originária da época de Roma. Quando a revolução do mercado mundial, no final do século XV, destruiu a supremacia comercial do norte da Itália, surgiu um movimento em sentido contrário. Os trabalhadores das cidades foram expulsos novamente em massa para o campo e lá deram à pequena agricultura. Marx (1984)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Companhia de Colonização de Mato Grosso (CODEMAT).

Decorrente desses projetos, cujos lotes mediam entre 50 a 500 hectares de terra, alguns deles com metade e depois oitenta por cento da área destinada a reserva florestal, acabaram tendo êxito nos objetivos propostos. Parte da população possibilitou na evasão das terras dar origem as cidades como: Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte e Lucas do Rio

Verde cuja estrutura associou cooperativas e produtores.

Os projetos de assentamento em Mato Grosso, iniciados com a abertura da BR 163, a partir da década de 70, foram complementados por estradas vicinais como se observa na Figura 1. Estes projetos proporcionaram a migração para a região conhecida que constituiria o Médio Norte. Foram, todavia, os mesmos projetos que promoveram a expropriação das nações indígenas que habitavam a região.

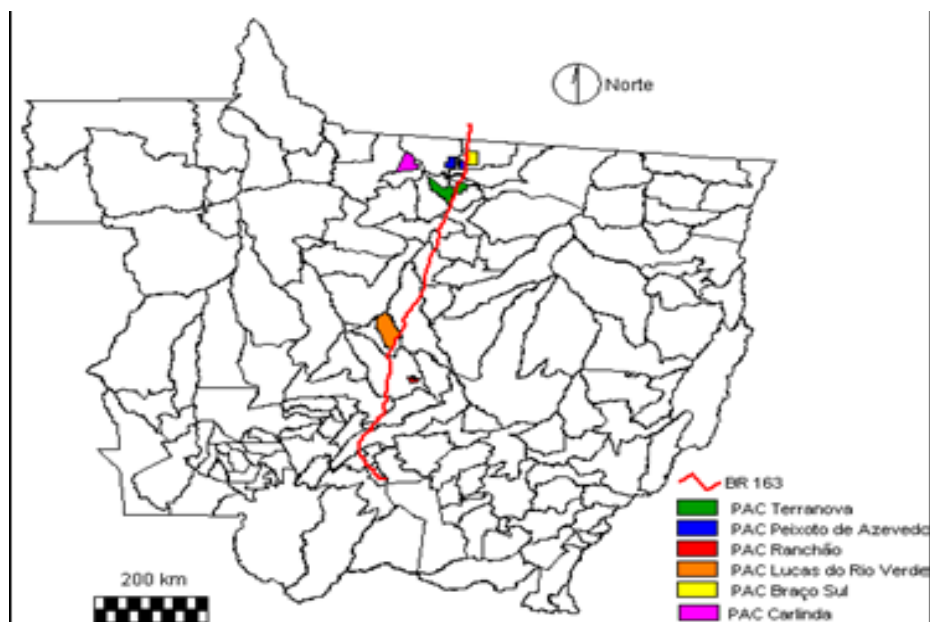


FIGURA 1 - Mapa dos projetos do INCRA em Mato Grosso na década de 70 e 80¹⁰⁰

100 Mapa adaptado de NEDELEC (2005).

O fluxo migratório que se constituiu na busca de terras em Mato Grosso evadida pelos anseios por novas áreas ou expulsa pelos empreendimentos no sul do país como Usinas Hídricas e suas desapropriações, em grande parte, oriundo do sul do país, colaborou para a dinâmica do capital em Mato Grosso e cooperou com na formação da força de trabalho para os setores da indústrias de transformação, especialmente carne e da madeira.

O surgimento da força de trabalho para os setores da carne e da madeira

Em meio a esse movimento de fluxo de pessoas, uma das atividades despertou interesse em especial: o garimpo de ouro. Desse modo, devido ao crescimento do preço do ouro no mercado internacional no final da década de setenta, ocorreram mudanças na estrutura social de exploração do ouro na Amazônia.

A alta do preço do ouro no mercado internacional elevava a onça peso de US\$ 305 para US\$ 612 durante a década de 1980. Ou seja, de US\$0,71 a gr. para US\$1,40 a gr., aproximadamente 100%. Desencadeou tal alta a “Corrida do Ouro” na Amazônia.

Os garimpos historicamente são unidades de produção do metal cuja organização atende regras próprias que são pouco usuais pela informalidade e contingente que empregam. Não era diferente em Mato Grosso.

Em 1989, o número de garimpeiros na Amazônia ocupava 900.000 pessoas. Destes, cerca de 320.000 trabalhadores estavam em Mato Grosso que respondia por cerca de oitenta e seis (86%) da produção do ouro no Brasil, cuja meta para a década era alcançar 100 toneladas. Em 1993, (PASCA, 1994)

estimou a evasão em dois terços da produção de ouro que alimentava parte do consumo estadual.

A situação socioeconômica do Brasil na época era preocupante, nesse contexto, a vinda de garimpeiros para esta região (amazônica), e principalmente para o estado de Mato Grosso era um sonho para muitos migrantes na busca do ouro, na época considerada o “boom” desta atividade (PASCA, 1994).

Os conflitos na região norte do estado de Mato Grosso, em função dos preços praticados agravavam-se. Esse agravamento era reflexo dos preços nos mercados de ouro, madeira e terra que exigiam maior acesso àqueles bens naturais, nem sempre abundantes e disponíveis, cujos grupos de garimpeiros, madeireiros e empresas agropecuárias passaram a explorar.

Na tentativa organizar a atividade garimpeira e manter a meta imposta pelo governo federal, o DNPM Departamento Nacional da Produção Mineral interveio no conflito, com objetivo de mitigar as disputas demarcando lotes. Nesse sentido, o DNPM criou no final de 1977 o Projeto Garimpos, com a finalidade de acompanhar o conflito na região amazônica, dar orientação técnica aos garimpeiros e criar instrumentos legais que possibilitasse a implantação da figura do Regime de Permissão. Assim, permitiria transformar garimpeiros em pequenos mineradores. Além de mitigar conflitos na região norte, como a criação da Reserva Garimpeira onde ocorriam trabalhos em regime de Autorização de Pesquisa e de Concessão de Lavra (SPELLER; NASCIMENTO, 1993).

Centenas de pessoas vindas do sul para trabalhar nas lavouras permanentes de cacau, café e seringa, acabaram evadindo-se para o

garimpo, cujo imaginário era construindo pela possível abundância de ouro, noticiado e comentado na região como um todo.

Com a queda na produção dos garimpos na região norte do Estado de Mato Grosso no final da década de 90, principalmente em Peixoto de Azevedo e outros municípios vizinhos, os garimpeiros se viram abandonados. Daquela atividade vários municípios surgiram.

Muitos garimpeiros e suas famílias, sem condições financeiras para voltar ao Estado de origem, optaram em permanecer na região e migraram para outra atividade. Segundo relatos obtidos na região muitos homens foram trabalhar na extração da madeira ou em pequenas serrarias na região norte do Estado.

Na pesquisa feita, o entrevistado 1, faz um relato de a sua vida, dizendo onde nasceu por onde viveu e como chegou a estar trabalhando no setor madeireiro:

[...] Eu morava no estado do Maranhão ai eu vim pro garimpo aí saí do garimpo arrumei uma mulher e vim trabalhar na serraria, estudei até a quinta série [...] meu primeiro emprego de carteira assinada, primeiro emprego foi aqui mesmo na serraria [...] não é um serviço muito forçado.

A declaração relativa à condição de trabalho na indústria da madeira, especialmente nas serrarias, alegado pelo entrevistado remete para a “lei do menor esforço” em relação à da atividade garimpeira. Por outro lado, o depoimento acima e outros obtidos na pesquisa de campo revelam ser o Maranhão o estado de origem de grande parte desses trabalhadores.

A pesquisa permitiu também revelar que a maioria dos trabalhadores nas indústrias da carne e da madeira nos

municípios pesquisados (Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Vera, Feliz Natal, Sinop, Cláudia, Marcelândia, Colíder e Alta Floresta), são trabalhadores que vieram inicialmente trabalhar no garimpo, principalmente nos municípios de Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Nova Canaã e Terra Nova.

Esses trabalhadores tinham expectativa de se “enricar” ou como os italianos na época do café em São Paulo “fazer a América”. As condições de vida e de trabalho não eram as melhores no seu Estado de origem, eles saíram com a expectativa de ganhar dinheiro, deixaram para traz a família buscaram um sonho. Deixaram grande esperança por parte de seus familiares que lá ficaram. Não existia, aparentemente, a preocupação em se estabelecer, pois toda a sua família ficou para traz. A ascensão funcional na empresa é quase inexistente, muito provável em função da sua condição e do sonho de voltar um dia para a terra de origem.

AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA

As condições e ambiente de trabalho aos quais muitos dos trabalhadores da indústria da madeira e da carne estão submetidos não podem ser considerados as melhores. Grande parte deles atua sob a condição similar a de trabalho forçado, com jornada superior a 12 (doze) horas de trabalho diário.

Nesse sentido, a questão do ambiente de trabalho é unânime nas discussões e formulações das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ratificada pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) no Brasil. Como exemplo a Convenção nº 81 trata da inspeção do trabalho na indústria,

como forma de garantir um ambiente digno e seguro para o trabalhador exercer a sua atividade laboral. Também a Convenção nº 148, reforça a necessidade de proteção aos trabalhadores contra todos os tipos de riscos, principalmente químicos e de ruídos. Em complemento a Convenção nº 155, enfatiza a necessidade dar segurança e saúde aos trabalhadores no meio ambiente do trabalho.

No Brasil, o art. 191 da CLT, itens I, II e parágrafo único, observam a necessidade de eliminar ou neutralizar a insalubridade do ambiente de trabalho. Nesse sentido, ambiente de trabalho figura-se como ambiente de qualidade e que não ofereça risco ao trabalhador, com uso de equipamento de segurança individual.

Em relato feito a pesquisa de campo, ex-funcionários de frigorífico, na região objeto de estudo revelaram ter havido jornada de trabalho superior a 19 horas diárias (das 03h00 às 22h00). Essa condição de trabalho pode estar levando à ineficiência de alguns trabalhadores motivada pela exigência de alguns frigoríficos em promover horas extras de trabalho. Dessa forma, a espera de condição para o trabalho de desossa deixa os trabalhadores extenuados, considerando que a carne deve estar quase congelada para ser estocadas em caminhões.

A dúvida sobre o destino da produção emperra toda a cadeia da produção, e nesse tempo, o trabalhador é obrigado a esperar! Em alguns momentos a carne sem uma destinação concreta fica a espera de uma decisão, a capacidade de armazenamento nas câmaras frias nem sempre são suficientes, os bois são abatidos e esperam-se longas horas até uma decisão. Logo depois a carne com ossos é acondicionada em carretas frigorificadas para resfriamento, aguardando destino da área comercial.

Em geral essas carretas, voltam ao frigorífico no dia seguinte depois de pernoitares em postos de combustíveis próximo ao frigorífico. O que foi informado pelos trabalhadores é que é pequena a área de frigorificação dentro do frigorífico sendo utilizados os caminhões frigoríficos como câmaras frigoríficas. Sendo que após passar a noite nos postos de combustíveis retornam para a desossa no dia seguinte.

Essa ingerência traz sérias consequências ao trabalhador, pela ociosidade e indefinição na sua atividade, no setor de abate o que prevalece em muitos frigoríficos é a indefinição, o roteiro de escala é desprezado, os funcionários não sabem quando iram ter folgas. Abate-se 100 cabeças num dia e no dia seguinte 900 ou e depois 800 cabeças, essas oscilações na produção provoca um efeito desastroso para todo processo de produção, principalmente do desossador, que tem que trabalhar com a carne quase congelada, outras funções dentro da empresa também sofre com a pressão na atividade, o margarefe¹¹ é um exemplo prático disso, responsável pela retirada do couro, parte do processo que precisa de paciência e cuidados para não furar o couro, pois o preço do couro é estabelecido pela qualidade do couro, sendo necessária a retirada sem furos ou arranhões. Neste caso, não se admite erros, já que o erro significa uma desvalorização do preço pago pelo curtume. Esse profissional é muito demandado, já que não existe no estado

¹¹Magarefe é uma categoria de ocupação do Código Brasileiro de Ocupações (código 8485-20), relacionado as funções: Açougueiro classificador (exclusive comércio), Arrancador em matadouro, Arreador em matadouro, Auxiliar de magarefe, Cangoteiro em matadouro, Classificador de carnes, Classificador de carnes em matadouro, Coxãozeiro em matadouro, Despansador em matadouro, Lombador em matadouro, Pescoceiro em matadouro, Quarteador em matadouro.

curso de formação profissional para esta ocupação.

Ainda é possível verificar casos mais desoladores na pecuária e no setor de desdobramento da madeira no estado de Mato Grosso, como a exposição de trabalhadores a condição de trabalho forçado, obrigatório, veemente criticado e repudiado pela OIT, com base nas convenções nº 29 e 105.

Segundo dados do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, a Tabela 1 traz o número de pessoas resgatadas de trabalho forçado em alguns municípios de Mato Grosso.

Em muitos desses municípios a indústria da madeira e da carne está

associado a aquela anomalia trabalhista. Entre os trabalhadores resgatados cerca de vinte e dois (22%) são de estabelecimentos na fronteira de desmatamento e pecuária em Mato Grosso (Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Novo Mundo, Campos de Júlio, Tapurah e Nova Ubiratã), ou seja, nos municípios onde a indústria da madeira e da carne tem importante participação econômica.

TABELA 1 - Número trabalhadores resgatados por município, Mato Grosso 2008(1)

Municípios	Nº de trabalhadores	Participação %
Poconé	658	58,13
Novo São Joaquim	45	3,98
Alto Garças	124	10,95
Paranatinga	46	4,06
Brasnorte	47	4,15
Confresa	10	0,88
Campo Novo dos Parecis	7	0,62
Novo Mundo	126	11,13
Campos de Júlio	36	3,18
Tapurah	10	0,88
Nova Ubiratã	23	2,03
Total	1.132	100,00

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2008

Nota: (1) Lista atualizada até 21/11/2008

O resgate de trabalhadores em condições de trabalho desumanas ocorre, na maior parte das vezes, em fazendas em processo de desmatamento e com atividade pecuária. Em muitas delas foram feitas autuações por prática de trabalho forçado por mais de uma vez o que pode demonstrar o descaso com a condição de trabalho e seu ambiente.

Um dos aspectos observados na pesquisa é que o setor da carne e da madeira, apesar de atividades distintas guardam uma inter-relação muito próxima da oferta de empregos. Sendo um mercado de trabalho em constante rotatividade, os trabalhadores da indústria da madeira e da carne migram de um setor para outro, pois o nível de qualificação não é exigido.

Estas pessoas não se estabelecem definitivamente no local de trabalho, vivendo em pensões e alojamentos provisórios. Tem como objetivo apenas “ganhar dinheiro” a frente de qualquer outra finalidade. Certamente isso se deve ao fato de quererem retornar às suas famílias e seus Estados de origem (Maranhão e Alagoas), ou seja, na sua vida deixaram a família em busca de emprego e renda.

A mobilidade de trabalhadores no Estado de Mato Grosso, entre atividades e regiões é algo que impressiona. Um dos fatores que contribui para isso pode ser evidenciado através de sua trajetória de vida, o laço familiar e a condição de trabalho oferecido, mas o que determina a sua mudança, tanto na atividade quanto da região dentro do Estado é a remuneração pelo seu trabalho, associada motivação pela acumulação de capital de seus expropriadores.

Nesse sentido, a dinâmica do capital em Mato Grosso custou vidas de nações indígenas e com a implantação da indústria da carne e da madeira, em função da falta de planejamento e do baixo investimento nas condições de trabalho, se manteve a expropriação da força de trabalho dos trabalhadores oriundos do Sul do país e do nordeste brasileiros. Tendo sido expropriados pela atividade agrícola, foram novamente expropriados pela atividade garimpeira, cuja expectativa na sua migração encontrou a associação das empresas privadas colonizadoras, o Estado de Mato Grosso e a União.

CONCLUSÕES

O processo que deu origem a acumulação de capital e o surgimento da

indústria no século XVIII relatada por Marx assemelham-se ao verificado no Estado de Mato Grosso, marcadas por forte expropriação da força de trabalho (de pessoas vindas do Sul do país) e a expulsão dos nativos da região norte (nação indígena), o que significou a “liberdade” de muitos trabalhadores para o setor da carne e da madeira. Estes trabalhadores foram largados a própria sorte, ou como bem disse Marx: “livres como os pássaros”. Este processo de ruptura da estrutura social dividiu-se em duas classes sociais antagônicas, a da burguesia e a dos proletariados, proprietários da força de trabalho.

O setor da indústria da carne e da madeira foram os principais setores apropriadores da força de trabalho excedente do Sul do país e do Nordeste. A dinâmica do capital deu origem à força de trabalho, marcada pela violência e sofrimento, submetendo-os à condição de trabalho degradante, a exploração desses trabalhadores, no garimpo e na extração da madeira. Por consequência, marcou a vida dessas pessoas que vieram com um sonho de “enricar”, ou melhor, do sonho de “acumular riquezas”, em busca de mais oportunidades nas atividades primárias, do garimpo, da madeira e da carne.

Nesse sentido, a dinâmica do capital em Mato Grosso custou à vida de nação indígena e a expropriação da força de trabalho de pessoas vindas do sul do país e do nordeste, motivada pela associação das empresas privadas colonizadoras, estado de Mato Grosso e União, o que fez surgir uma grande massa de trabalhadores ofertadores de sua própria força de trabalho.

Por último, para entender a lógica da dinâmica do capital no norte de Mato Grosso é preciso entender o processo histórico de

ocupação e de expropriação da nação indígenas do Estado, a partir da associação

das empresas privadas com Estado e a União, delegada pelo direito legal de propriedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da terra, e da outras providencias. **Lex**: Coletânea de Legislação: edição federal, São Paulo, v. 48, p. 220-224, jan./mar. 1984.

BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e da outras providencias. **Lex**: Coletânea de Legislação: edição federal, São Paulo, v. 58, 351-382, set./dez. 1991.

CASTRO, S. P; PRETI, O. PAC: política de assentamento na fronteira agrícola ao norte do estado de Mato Grosso. **Cadernos do Núcleo de Estudos Rurais e** , Cuiabá, ano 4, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 1993.

ENGLS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1896.

HOBBSBAWN, E. **As Origens da revolução industrial**. São Paulo: Global, 1979. 125 p.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 10 ed. São Paulo: ZAHAR, 1981. 318 p.

MARX, Karl. O Capital : critica da economia política: o processo de produção do Capital. 9 ed. São Paulo: DIFEL, 1984. 579 p.

MENDEZ, P.; et al. **Impacto do Projeto de asfaltamento da BR-163**: Perspectivas da sociedade e do setor produtivo agrícola ao longo do eixo Cuiabá-Santarém. Brasília: EMBRAPA; UNB; COSTEL; CIRAD, jun./2005. 121 p. Relatório de pesquisa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE, **lista suja**. Brasília: SGT-NET, 2008. Disponível em <www.mte.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2009.

NÉDELEC, V. et. al. Evolução da ocupação do solo nos Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) no Mato Grosso. In: **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Goiânia, p. 643-645, abr. 16-21. 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT, **Convenção**: 81 148 e 155. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PASCA, D. Garimpo e meio ambiente: o caso de Poconé. **Cadernos do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos**, Cuiabá, ano 5, n. 2, p. 17-35, jul./de. 1994.

PAULO II, J. O Trabalho Humano: 90º aniversário da RERUM NOVARUM. Carta **Encíclica de João Paulo II São Paulo**. ed. 6. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. 97 p.

POSSAS, M. L. Marx e os fundamentos da dinâmica econômica capitalista. **Revista de Economia Política**, jul./set. 1984.

PRETI, O. Terra, ouro e sangue em Guarantã do norte: 20 anos de luta pela terra. **Cadernos do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos**, Cuiabá, ano 4, n. 2, p. 3-25, jul./dez. 1993.

ROSA, R. D.; et. al. Colonizador e colonos: na fronteira da terra o Limite dos sonhos de um futuro promissor. **Revista do Programa de Ciências Agro-Ambientais**, Alta Floresta, v.2, n.1, p.71-82, 2003.

SPELLER, P. ; NASCIMENTO, A. L. Reservas garimpeiras: desvendando um modelo de mediação política. **Cadernos do Núcleo de Estudos Rurais e** , Cuiabá, ano 4, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 1993.

NOTAS

(1) Bacharel em Economia (UFMT, 2002-2006), Técnico da Área Instrumental do Governo de Mato Grosso e Mestrando em Agronegócios e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: rogeriocba2@gmail.com.

(2) Bacharel em Economia pela UFMT (1979) e doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp (2002). Atualmente é professor associado I da Universidade Federal de Mato Grosso. Atua na graduação, EaD e mestrado na área de Economia – Agronegócios e Desenvolvimento Regional – nas áreas de Política, Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Principais pesquisas em Política – regional, setorial, econômica – Energia, Transporte, Indústria, Meio Ambiente, Agronegócio, Desenvolvimento Regional Sustentável. E-mail: jmarta@ufmt.br.

Enviado: 09/04/2009

Aceito: 23/05/2013

Publicado: 31/07/2013